

# Setor elétrico espera por modernização

**REGRAS** - Discurso liberal do novo presidente favorece os investimentos que o setor precisa para superar velhos entraves

SÃO PAULO  
AGÊNCIA ESTADO

O setor elétrico deposita grandes esperanças no governo Jair Bolsonaro para solucionar sérios problemas e modernizar as regras setoriais, movimentos que a gestão do antecessor, Michel Temer, tentou realizar, mas sem sucesso. Apoiados no discurso liberal apresentado pelo novo presidente, agentes do setor acreditam que o governo deve encampar a proposta de atualização do marco regulatório desenhada pela gestão anterior e que propõe diversas alterações legais, incluindo a liberalização do chamado mercado livre. Há quem acredite que mudanças possam ocorrer ainda este ano, não obstante reformas mais abrangentes para a economia nacional, como a previdenciária e a tributária, sejam prioridade e devam concentrar os esforços nestes primeiros meses de governo.

“Os debates sobre Previdência Social e reforma

política e tributária vão, provavelmente, dominar a agenda política em 2019. Mas os setores de energia e saneamento também têm importantes leis para serem aprovadas”, disseram os analistas de energia do Itaú BBA, Pedro Manfredini, Gustavo Miele e Raul Cavendish, citando, no caso do setor elétrico, a modernização do marco regulatório, a questão dos problemas decorrentes do risco hidrológico (GSF, no jargão setorial) e a proposta da capitalização da Eletrobras, que também depende de alteração legal.

A modernização das regras setoriais é considerada primordial entre executivos e especialistas para adequar a regulação à realidade atual do mercado e aos avanços tecnológicos em ebulição no setor elétrico. Uma proposta de reforma chegou a ser desenhada entre o final de 2017 e o início de 2018, pela equipe do

então ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho. Uma minuta do projeto de lei foi apresentada ao Planalto, mas não chegou a ser encaminhada ao Congresso. Alguns dos pontos principais dessa proposta foram, então, inseridos em projetos de lei que já estavam em andamento no Congresso, mas os textos não foram votados até o fim de 2018.

A expectativa é de que a equipe do novo ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, aproveite o trabalho já realizado, para que o encaminhamento possa ocorrer de forma mais rápida, mesmo que sejam feitos alguns ajustes no texto. “Como vários temas foram tratados em audiências públicas, não tem por que jogar fora. É importante que a nova liderança avance

nos aperfeiçoamentos que tiverem de fazer, mas que não perca tempo, porque foi um entendimento construído”, defendeu o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Para o presidente da Beta Energia, João Carlos Guimarães, a modernização do setor, na prática, já está em andamento pelos agentes econômicos e a despeito da regulação. Diante disso, cabe aos reguladores acompanhar o processo. Ele, que comanda uma comercializadora controlada pelo Fundo de Investimento FIM CSHG Delta Energia, avalia que os gestores de recursos já têm se preparado para a abertura no mercado de energia e as novas oportunidades que isso vai gerar. “Não tem como resistir à mudança. Vimos isso no setor de tecnologia da informação, telecomunicações e serviços, como Uber e Airbnb. Hoje, primeiro a mudança acontece e a regulação vem depois. É da natureza dessa nova sociedade e não vejo como resistir”, disse.

Energia e saneamento também têm importantes leis para serem aprovadas

## Reforma regulatória está nos planos de ministro

Ao que tudo indica, Bento Albuquerque tem intenção de seguir com o plano de reforma regulatória. "Modernizaremos o modelo do setor elétrico, preservando a segurança energética e priorizando a racionalidade econômica", disse o ministro, em seu discurso de posse, na quarta-feira (2). Ele destacou, em particular, a intenção de reduzir os encargos e subsídios nas conta de luz e de identificar os reais custos e benefícios das diversas fontes de energia elétrica, "considerando os papéis específicos que desempenham no sistema interligado nacional e suas externalidades", dois dos aspectos contidos na proposta de projeto de lei proposto pela gestão anterior.

Albuquerque também salientou a intenção de oferecer de forma "gradual e segura, uma participação crescente nos mecanismos de formação de preços de energia", um aspecto fundamental da modernização regulatória para permitir a abertura do mercado livre, no qual os consumidores podem escolher seu fornecedor de energia. A redução dos limites de acesso a esse segmento de mercado não depende de mudança legal - e prova disso é que o ex-ministro de Minas e Energia Moreira Franco publicou um decreto, no fim de dezembro, regulamentando novos limites que entram em vigor

a partir de julho. Mas para uma abertura total, são necessárias uma série de mudanças, incluindo alteração nos mecanismos de precificação e no modelo de contratação de energia. O ministro também citou que dará continuidade ao processo de privatização da Eletrobras, da maneira como também foi proposto pela equipe de Coelho Filho, com uma capitalização da estatal. "Sempre levando em consideração o interesse público, se dará prosseguimento ao processo em curso de capitalização da Eletrobras", afirmou. O tema também foi alvo da consulta pública nº 33, sobre o aprimoramento regulatório do setor elétrico, e foi alvo de um projeto de lei específico, enviado pelo governo Temer ao Congresso, mas que também não chegou a ser aprovado na Câmara e no Senado.

Albuquerque não fez referência, porém, ao tema que é considerado o mais importante e urgente a ser enfrentado pela nova gestão: uma solução para o problema bilionário do GSF no mercado livre de energia. "A principal questão para o setor elétrico é o GSF", dizem os analistas do Itaú BBA. Sales, do Acende Brasil, concorda. Ele lembra que o problema faz com que a liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado de curto prazo fique comprometida.